

O jovem Engels e a crítica da economia política¹

Thiago Macedo Alves de Brito²

Resumo:

Este texto tem como objetivo resgatar a obra crítica do jovem Engels, demonstrando sua importância para a formação do marxismo, em geral, e do próprio pensamento de Marx, em particular. Ênfase é dada às mudanças em seus escritos durante seu período de formação, que atingiu seu auge com a publicação de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, em 1845. O Engels deste livro transformou-se em relação, por exemplo, ao do *Esboço de uma crítica da economia política*, de 1844 – texto precursor da crítica da economia política –, quando a concorrência ainda se mostrava apenas como uma luta individual entre proprietários que poderia ser resolvida a partir de uma autoconsciência desalienada.

Palavras-chave: Engels; Marx; crítica.

The young Engels and the critique of political economy

Abstract:

This article aims at rescuing the critical work of early Engels, demonstrating its importance for the formation of Marxism, in general, and for Marx own thinking, in particular. Emphasis is given to the changes in his writings during his training period, reaching its peak with the publication of *The Condition of the Working Class in England*, in 1845. The Engels we see in this book has changed, for example, from the one we encounter in the *Outlines of a Critique of political economy*, of 1844 – critical forerunner of the critique of the political economy –, when the competition still showed itself only as an individual struggle between owners and which could be resolved from a non-alienated self-conscience.

Key words: Engels; Marx; critique.

¹ Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Doutor em geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço eletrônico: tmadebrito@gmail.com.

Introdução

É verdade que o interesse pela obra de Friedrich Engels (1820-95) tem sido despertado por sua colaboração com Karl Marx (1818-83). Engels, na maioria das vezes, coloca-se como o segundo violino, aquele que entende muito bem seu papel na divisão do trabalho entre os dois comunistas mais famosos do mundo. Ele é, sem dúvidas, o fiel escudeiro de Marx, como ele próprio relata em seu livro sobre Ludwig Feuerbach (1804-72):

Permitam-me, aqui, um pequeno comentário pessoal. Tem sido feita insistente referência, ultimamente, à minha participação nesta teoria; não posso, pois, deixar de dizer algumas palavras para esclarecer esse ponto. Que antes e durante os 40 anos da minha colaboração com Marx tive certo papel independente na fundamentação, e sobretudo na formulação da teoria, é coisa que nem eu mesmo posso negar. Mas a parte mais considerável das principais diretrizes, particularmente nos terrenos econômico e histórico, e em especial sua formulação precisa e definitiva, se devem a Marx. Aquilo que fiz – excetuando-se umas poucas especialidades – Marx podia tê-lo feito também sem mim. Em troca, eu não teria conseguido, nunca, o que Marx alcançou. Marx tinha mais envergadura, via mais longe, observava mais e com maior rapidez que nós todos juntos. Em suma, Marx era um gênio; os demais, no máximo, homens de talento. Sem ele, a teoria nunca seria o que é hoje. Por isso leva, legitimamente, seu nome. (ENGELS, 1962, nota 1, p. 117)

Desde a sua morte, em 1895, trabalhos estão a ser escritos no intento não só de localizar, mas também de especificar o papel de Engels no interior do pensamento marxista e suas contribuições para as revoluções dos séculos XIX e XX. Autor, em conjunto com Marx, dos livros *A sagrada família* (1844), *A ideologia alemã* (1845-46) e *Manifesto comunista* (1848), também é o principal responsável pela edição dos volumes II e III de *O capital*. Se a sua carreira de intelectual marxista está atrelada à de Marx, sua atuação política tem grande destaque próprio. Na divisão das tarefas, cabe a Engels responder às acusações direcionadas principalmente pelos anarquistas e pelos socialistas pequeno-burgueses. Depois das grandes revoluções que atingiram a Europa entre 1848 e 1849 e da Comuna de Paris em 1871, houve um período de reflexão sobre as possibilidades de revolução para além da Europa Ocidental. Este período serviu também para que Engels alce voo próprio. São escritos deste tempo, entre outros, *Para a questão da habitação* (1873), *Anti-Dühring* (1878), *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1882), *A origem da família, da propriedade privada e do estado* (1884), *Ludwig*

Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã (1886), obras que receberam enorme atenção, que foram exacerbadamente comentadas e exerceram grande influência no movimento comunista internacional. O seu apogeu ocorre quando é aclamado no Congresso Internacional dos Trabalhadores Socialistas, em 1893, em Zurique, como o principal herdeiro de Marx (NETTO, 2007, p. 17). No entanto, depois da guinada totalitária na União Soviética, principalmente, a obra tardia de Engels é alvo de severas críticas de pensadores também marxistas.

Foi György Lukács (1885-1971), segundo Jones (1977, pp. 378-9), e em menor medida Karl Korsch (1886-1991), um dos primeiros a cindir o pensamento de Marx e o de Engels. Lukács criticou Engels, entre outras coisas, pela passagem mecânica de uma “dialética unitária” entre natureza e história e pela distinção entre uma “ciência metafísica” e uma “ciência analítica”, obscurecendo a relação revolucionária entre sujeito e objeto presente na obra de Marx. Reivindicava, também, uma leitura hegeliana e dialética de Marx contra a rigidez de cunho positivista consagrada por Karl Kautsky (1854-1938) na II Internacional. Lukács, em *História e consciência de classe* (1923), reconhecia uma forte influência das teorias evolucionistas e positivistas nesse autor, percebendo nele a influência de Engels.

Em grande medida, os últimos escritos de Engels foram apropriados e serviram de “manual comunista” do regime soviético. Seu livro póstumo, *A dialética da natureza*, escrito entre 1872 e 1883, mas publicado somente em 1925, talvez seja o estudo mais representativo do marxismo soviético que, de maneira geral, levantou a bandeira do “materialismo dialético”³.

No período pós-II Guerra, se, de um lado, com a vitória estadunidense, passou-se a “demonizar” o pensamento de Marx e Engels, de outro, os partidos comunistas passaram a mistificar a unidade dos dois autores, chegando até a atribuir a chancela de anticomunista a quem não concordasse com a unidade entre os dois pensadores. Alguns intelectuais marxistas da Europa Ocidental não tardaram a acusar Engels de ser um dos responsáveis pelas catástrofes do regime soviético⁴. Se esse exagero é notório, não se pode

³ Não é à toa que um dos livros mais divulgados de Stálin tenha o nome *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico* (1938). Nele, apoiando-se, sobretudo, nos textos tardios de Engels, Stálin lança as bases da “teoria científico-filosófica do materialismo”. Ou seja, o materialismo dialético, deturpando a obra de Marx e de Engels, transforma-a num “manual metodológico de apreensão unitária do mundo”.

⁴ “Na falta de uma quantidade semelhante de bibliografias, e talvez como parte de um esquecimento deliberado pós-1989, Engels foi extirpado da memória popular. Ou, mais preocupante ainda, em determinados círculos ideológicos foi atribuída a ele a responsabilidade pelos excessos terríveis do marxismo-leninismo do século XX. Pois, enquanto o legado de Marx ressurgia, o de Engels era demolido. Cada vez mais, a tendência é

dizer o mesmo de sua influência na II Internacional. Sua obra foi essencial para o Partido Socialista Alemão (PSD), sobretudo por meio de Karl Kautsky, Eduard Bernstein (1850-1932) e August Bebel (1840-1913). Seu texto *Anti-Dühring*, retiradas as referências explícitas a Dühring, foi impresso sob o nome de *Do socialismo utópico ao socialismo científico* e serviu de referência à formação dos principais partidos comunistas europeus (JONES, 1977, p. 381).

Se a tradição partidária ortodoxa referia-se a ele como um dos fundadores do “materialismo histórico e dialético”, aos olhos de certa crítica Engels foi, fundamentalmente, o divulgador de um marxismo mecanicista (evolucionista e positivista), que muito influenciou a II Internacional. Ambos os lados pecam por uma falta de rigor teórico que seja capaz de compreender os elementos particulares da contribuição intelectual de um autor *sui generis* como ele.

Engels não se deixa enganar por uma naturalização das relações sociais: critica o fato de os intelectuais burgueses terem projetado sua teoria social no mundo natural mesmo depois de terem assumido a teoria natural como fonte das explicações do mundo moderno; também procura estabelecer uma crítica à naturalização do modo de produção capitalista a partir da destruição que ele provoca na natureza; quer, de fato, contradizer aqueles que compreendiam a história da humanidade como continuação linear da história natural (JONES, 1977, p. 383). Afirma que lhes faltava a compreensão dialética do seu desenvolvimento, isto é, o entendimento dos seus processos contraditórios.

Engels não aceitava essa acentuação tardo-positivista-evolucionista das leis da natureza de desenvolvimento, concebidas em termos de simples causalidade transitiva procedente segundo uma diretriz unilinear do natural, através do econômico-tecnológico, até o político e o ideológico. Fundando-se no materialismo histórico, era levado muito mais a mostrar o efeito da prática humana sobre a natureza, mediante a ciência e a produção e, sobretudo nos últimos anos, a relativa autonomia da política e da ideologia ante qualquer causalidade econômica simplista. (JONES, 1977, p. 383)

É, porém, o contato com o pensamento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), em sua juventude, e posteriormente, é claro, com o pensamento de Marx, que o transforma completamente. Em relação a Hegel, mesmo após a morte de Marx, Engels pouco se preocupa em expor suas

de separar o Karl Marx ético e humanista de um Engels mecânico e cientificista e acusar este último de santificar os crimes dos estados comunistas da Rússia, da China e do Sudoeste asiático.” (HUNT, 2010, pp. 15-6)

diferenças. Algumas das hipóteses levantadas em seu texto sobre Feuerbach, como a relação entre materialismo e ciências naturais, a natureza contraditória da realidade e o movimento unidirecional e evolucionista da história, já apontam para a influência do filósofo alemão, mesmo que, às vezes, de forma oblíqua (JONES, 1977, p. 384).

Em Hegel, a verdade que a filosofia procurava conhecer não era uma coleção de teses dogmáticas fixas que, uma vez encontradas, precisavam apenas ser decoradas; a verdade estava no próprio processo de conhecer, na longa trajetória histórica da ciência, que, desde as etapas inferiores, se eleva às fases cada vez mais altas de conhecimento, sem nunca chegar, pelo descobrimento de uma chamada verdade absoluta, a um ponto a partir do qual não possa continuar avançando, em que lhe restasse apenas cruzar os braços e sentar-se para admirar a verdade absoluta conquistada. (...) todos os estágios históricos que se sucedem nada mais são do que fases transitórias no processo infinito de desenvolvimento da sociedade humana, do inferior ao superior. Todas as fases são necessárias e, portanto, legítimas para a época e condições que a geram; mas todas elas caducam e perdem sua razão de ser ao surgirem condições novas e superiores, amadurecidas pouco a pouco em seu próprio seio; têm que ceder lugar a outra fase mais alta, que também caducará e perecerá a seu tempo. Da mesma maneira que a burguesia (...) acaba, praticamente, com todas as instituições estáveis, consagradas por veneranda antiguidade, a filosofia dialética acaba com qualquer ideia a respeito de uma verdade absoluta e definitiva e de um estado absoluto da humanidade, coerente com aquela. Diante desta filosofia nada existe de definitivo, absoluto, consagrado; realça, em tudo, o que há de perecível, poupando apenas o processo ininterrupto do devenir e perecer, uma ascensão infundável do inferior ao superior, do qual esta filosofia mesmo é um mero reflexo no cérebro pensante. (ENGELS, 1962, pp. 91-2)

Se a obra de maturidade engelsiana é, sem dúvida, a mais controversa, a de juventude talvez seja a mais negligenciada. Se entre 1848 e 1870 ocorre uma divisão mais nítida de trabalho entre Marx e Engels, em que o primeiro detém-se, em grande medida, na produção teórica da crítica da economia política e o segundo segue mais o caminho do combate aos opositores das ideias marxistas⁵ e à elaboração inicial de sua “teoria madura”, o período de juventude de Engels, sobretudo entre 1843 e 1845, mostra-se bastante fecundo, entre outras coisas, ao privilegiar, inicialmente, uma crítica da

⁵ Como atesta o próprio Engels em 1887: “Em consequência da divisão do trabalho acordada entre mim e Marx, cabia-me defender nossas concepções na imprensa periódica e principalmente, portanto, na luta contra opiniões adversárias, para que Marx dispusesse de tempo para elaborar sua grande obra principal.” (ENGELS, 2015, p. 28)

economia política, tendo como ponto de partida o centro nevrálgico do capitalismo moderno: a Inglaterra do início do século XIX. O intuito deste texto é demonstrar que, mesmo sendo escrita em um período de formação, a obra de juventude de Engels serve de arcabouço teórico e prático para a inauguração, mesmo antes de Marx, da crítica da economia política. No entanto, não se tem como objetivo abarcar toda a obra de juventude engelsiana, que é vasta e complexa, estando inserida em um período de transformação de seu pensamento e de sua ação. Procura-se concentrar a análise nas duas grandes obras de referência deste período, obras que serão preponderantes não só para a formação do pensamento de Marx, mas também para o marxismo de forma geral: *Esboço de uma crítica da economia política* e *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

Esboço de uma crítica da economia política

Nos primeiros ensaios de Engels, nota-se uma consonância com os escritos de Marx. Este chega mesmo a considerar, em 1859, no “Prefácio” a *Para a crítica da economia política*, o texto *Esboço de uma crítica da economia política*⁶, de 1844, uma grande referência para sua guinada em direção à crítica da economia política⁷. Mas, segundo Jones (1977, pp. 396-7), não se pode considerar este texto de Engels um escrito de ruptura com a “tradição” alemã e francesa. A propriedade privada e a concorrência, conceitos tirados principalmente de Pierre-Joseph Proudhon (1806-65), funcionam, ainda, como núcleo de seu argumento, sendo a propriedade privada a causa da “imoralidade” das relações sociais.

Texto pioneiro, o *Esboço de uma crítica da economia política*⁸, portanto, ainda se encontra muito carregado pela influência de Proudhon.

⁶ Este ensaio é escrito por Engels em Manchester, entre o final do ano de 1843 e janeiro de 1844, e publicado na França, em fevereiro de 1844, na revista *Anais Franco-Alemães (Deutsch-Französische Jahrbücher)*, editada por Marx e Arnold Ruge (1802-80).

⁷ Marx se refere às contribuições de Engels da seguinte maneira, em 1859: “Friedrich Engels, com quem, desde a publicação de seu genial esboço de uma contribuição para a crítica das categorias econômicas nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, tenho mantido por escrito uma constante troca de ideias, chegou por outras vias (confrontar a sua Situação da classe operária na Inglaterra) ao mesmo resultado, e quando, na primavera de 1845, veio se estabelecer também em Bruxelas, resolvemos trabalhar em conjunto, a fim de esclarecer o antagonismo existente entre a nossa maneira de ver e a concepção ideológica da filosofia alemã; tratava-se, de fato, de um ajuste de contas com a nossa consciência filosófica anterior.” (MARX, 1977, pp. 25-6)

⁸ Sobre o pioneirismo da obra de Engels: “Trata-se da primeira obra – redigida por um jovem de 23 anos – onde se aplica a analítica hegeliana (...) à economia da sociedade burguesa e às suas teorias. Partindo das conquistas críticas dos socialistas utópicos, notadamente Fourier, Engels demonstra os mecanismos típicos da economia capitalista (como as crises) e revela os

Não é à toa que o núcleo da sociedade capitalista estaria pautado pela preponderância da propriedade privada, da qual se originavam as crises, a miséria e a concorrência. A expansão comercial e a quebra dos pequenos estabelecimentos deixaram o caminho livre para a implantação da base do sistema capitalista: a propriedade privada (JONES, 1977, p. 396; NETTO, 2007, p. 28).

No *Esboço*, Engels critica o liberalismo econômico, em especial o de Adam Smith (1723-90), de David Ricardo (1772-1823) e de Thomas Malthus (1766-1834). A partir de Hegel e de Proudhon, além dos socialistas ingleses e dos cartistas, critica o liberalismo econômico, baseado na livre troca de mercadorias entre os homens, considerado a forma “natural” de troca da sociabilidade moderna. Como forma de romper com o monopólio, a crítica engelsiana recai sobre as teorias entusiastas do livre comércio. Ele expõe, a partir da dialética hegeliana, como a livre troca encontra-se alicerçada na propriedade privada e, conseqüentemente, como a livre concorrência e a busca por maiores lucros conduzem, necessariamente, ao monopólio (MANDEL, 1968, pp. 21-2).

O *Esboço*, segundo Castelo Branco (2010), poderia ser lido conforme três eixos centrais: concorrência, propriedade privada e crises. A parte referida à concorrência é de grande valia, porque é a partir dela que Engels desenvolve as outras duas.

Engels começa analisando o mercado e as trocas conforme estes são estabelecidos pela economia política. Para se sair bem no mercado de trocas era preciso ter uma balança comercial favorável, superavitária. Vivia-se a transição do mercantilismo entesourador para uma economia do livre comércio, em que as barreiras espaciais seriam cada vez mais rompidas. Era preciso, portanto, exportar mais do que importar. A concorrência seria essa mola propulsora para expandir o comércio e quebrar os limites do monopólio nacionalista mercantilista. Engels, no entanto, questiona a falsa contradição entre monopólio e concorrência, esta última associada aos discursos dos apologistas do livre comércio. Para ele, qualquer um que entra no reino da concorrência visa ao monopólio e à concentração de riqueza, seja ele um capitalista, um proprietário de terras ou até mesmo um trabalhador. A livre concorrência tem como seu fundamento o monopólio da propriedade privada. A concorrência produz sua própria negação, o monopólio. Desvelando essa pedra angular, Engels demonstra que a concorrência tem como base a

antagonismos econômico-sociais de que ela é portadora. A análise não é original e luminosa apenas porque desvela a imanente contraditoriedade do modo de produção capitalista – é-o principalmente porque lança as bases da crítica da economia política como ciência prioritária para o conhecimento da sociedade burguesa.” (NETTO, 1981, p. 34)

separação do trabalhador de seus meios de produção e a conseqüente absolutização da propriedade privada – daí decorre seu *insight* de que a propriedade privada é a razão de ser da concorrência.

Dessa maneira, assim como Marx em 1843-4, Engels percebe que a economia política inglesa pressupunha a propriedade privada como algo inerente à natureza humana. A economia política pressupunha aquilo que ela deveria demonstrar. Caberia aos “verdadeiros comunistas” questionar as especificidades da sociedade capitalista, desvelar os interesses particulares “egoístas”, o individualismo e a dissolução social por ela desencadeada.

Se o excelente texto de Castelo Branco (2010) tem o mérito de retomar, no Brasil, a discussão acerca do pioneirismo de Engels em relação à crítica da economia política, uma possível lacuna pode ser verificada pela ausência de uma reflexão sobre a incipiente teoria do valor esboçada por Engels.

Em relação à parte referente ao valor, tanto Mandel⁹ (1968) quanto Frederico¹⁰ (1995) e De Deus¹¹ (2012) apontam-na como o momento menos

⁹ A citação de Mandel, a seguir, confirma a hipótese do pouco desenvolvimento da teoria do valor nessa obra de Engels. “A segunda parte do artigo trata do valor, e é sua parte mais fraca, aquela que indica que Engels não compreendeu nem aprofundou Ricardo no momento de redigir esse trabalho. Ele trata do valor partindo da distinção entre ‘valor intrínseco ou valor real’, de um lado, e valor de troca, de outro lado. Depois ele examina as duas escolhas, que reduzem, uma o ‘valor intrínseco’ aos ‘custos de produção’, a outra ‘o valor intrínseco’ de uma mercadoria ‘inclui[ndo] os dois fatores’, tanto os ‘custos de produção’ quanto a ‘utilidade’. Numa passagem pouco clara, é verdade, ele parece colocar em dúvida a própria existência do valor.” (MANDEL, 1968, p. 22)

¹⁰ Frederico salienta que Engels recusa, em princípio, a teoria do valor dos economistas. Utilizando-se de Feuerbach, Engels faz uma inversão na prioridade ontológica entre valor e preço. “Assim, na economia, deste modo tudo é colocado de cabeça para baixo e o valor que é, à partida, a fonte do preço, é situado na dependência do seu próprio produto. Esta inversão, sabe-se, é a essência da abstração (comparar Feuerbach sobre este ponto).” (ENGELS, 1981, pp. 63-4) Portanto, a economia política, ao partir do valor, parte da abstração para chegar ao empírico: o preço. Para Engels, é preciso pôr de cabeça para cima a teoria do valor a partir do preço, do uso mais empírico. Sabe-se que, mais tarde, ele concordará com Marx sobre a relevância da teoria do valor, essa “abstração razoável” que o ajudará a desvelar os segredos do capitalismo por meio de sua teoria do mais-valor.

¹¹ Na citação de De Deus, a seguir, confirma-se a ainda insuficiente elaboração teórica de Engels sobre a lei do valor. “No caso do valor e da lei da oferta e da procura, vê-se claramente como não há níveis de abstração no texto, Engels não consegue tratar de essência e aparência do fenômeno, insurgindo-se sempre que essas duas instâncias parecem se contradizer, produção e circulação, bem como as relações sociais que as condicionam aparecem todas de modo aleatório na argumentação de Engels. Assim como na *Crítica de 43*, a propriedade privada é o alvo principal da crítica, o que parece ser influência direta de Proudhon. A concorrência é vista como a causa principal da miséria do trabalhador, agravada pelo sistema de fábrica e pela maquinaria. Em síntese, a ausência de uma teoria do valor consistente impede que todas as questões sejam subsumidas a certa ordem, recaindo toda a crítica na análise moralista da realidade que não se ajusta à teoria. No entanto, este é o ponto de partida da crítica da economia política, ou, por outra, de seu objeto, a sociedade capitalista, jamais em equilíbrio, como pretendia a economia clássica.” (DE DEUS, 2012, p. 44)

substantivo do texto. Engels (1981) explora apenas a forma valor de troca no que tange à concorrência entre capitalistas. A origem do valor e suas metamorfoses na esfera produtiva ainda eram um enigma a desvelar. Ele desdobra a forma valor em “valor abstrato” ou “valor real” – que é, para os ingleses, expressão dos custos de produção, e para o francês Jean-Baptiste Say (1767-1832), medida da utilidade do objeto – e “valor de troca”, localizado na esfera da circulação, na concorrência, determinando, inclusive, o “valor real”. Segundo Engels (1981), a teoria do valor de Say se baseia somente numa abstração, numa subjetividade desmedida, pois, para ele, os objetos mais essenciais deveriam ter mais valor do que os objetos de luxo. Seria necessário, para Engels, ter em conta não somente os custos de produção e a utilidade do objeto, mas também a concorrência e o “valor de troca”. O valor, desta maneira, significa a relação entre os custos de produção, a utilidade do objeto e sua determinação pela concorrência. Para Engels, no entanto, há uma contradição entre a utilidade real de um objeto e a determinação geral da sua utilidade, ou seja, entre a utilidade intrínseca ao objeto e a “liberdade” dos sujeitos que fazem trocas no mercado sem suprimir sua propriedade privada.

De acordo com Engels, a definição de valor da escola inglesa e de Say não leva em conta a preponderância da concorrência, embora contenham uma diferença: se para os ingleses esta concorrência substitui a utilidade do objeto, para Say a concorrência mostra os custos de produção em relação à utilidade¹². “O fundamento da diferença existente entre o valor real e o valor de troca reside no fato de que, no comércio, o valor de um objeto é diferente do suposto equivalente que se dá por ele, o que significa que este equivalente não é, em realidade, um único equivalente.” (ENGELS, 1981, p. 63) Engels percebe que a equivalência entre preço e valor é somente aparente. O preço é determinado pela reciprocidade entre os custos da produção e a concorrência, enquanto o valor (real) refere-se à relação entre a utilidade e os custos da produção. A diferença entre valor e preço ainda está confusa, como bem

¹² Em seu primeiro estudo de economia política, *Cadernos de Paris*, Marx faz um breve resumo do *Esboço* de Engels: “A propriedade privada. Sua consequência imediata: o comércio: como toda atividade [torna-se] fonte imediata de lucro para quem a exerce. A seguinte categoria condicionada pelo comércio: o valor. Valor real abstrato e valor de troca. Say: utilidade como determinação do valor real; Ricardo e Mill: custos de produção. Para os autores ingleses, a concorrência representa a utilidade frente aos custos de produção; para Say [os representados são] os custos de produção. Valor: a relação em que estão os custos de produção diante da utilidade. A aplicação imediata do valor: a decisão, em geral, sobre se é conveniente produzir, se a utilidade compensa os custos de produção. A aplicação prática do conceito de valor, limitada à decisão sobre a produção; a diferença entre valor real e valor de troca descansa no fato de que o equivalente entregue no comércio não é equivalente algum. O preço: relação entre custos de produção e concorrência. Somente o monopólio tem um preço.” (MARX, 1974, pp. 103-4)

lembrou Mandel (1968): o importante, para ele, é a concorrência, expressão da propriedade privada.

A concorrência penetrou todas as relações de nossa vida e completou a servidão recíproca em que os homens se encontram atualmente. A concorrência é a grande mola que impulsiona incansavelmente a nossa ordem (ou antes: a nossa desordem) social, que, envelhecendo sem vontade, a cada novo esforço despende também uma parcela das suas forças declinantes. A concorrência determina tanto a evolução numérica da humanidade quanto seu progresso moral. (ENGELS, 1981, p. 79)

A relação entre demanda e oferta e a flutuação dos preços posta pela concorrência, para Engels, tiram qualquer traço de moralidade das relações de troca, e não se trata de uma “questão do valor”. O problema é: onde fica a possibilidade de uma troca “moral”, “justa?”. Ela só existiria, então, numa relação concorrencial “harmoniosa” entre consumo e produção, em que, “numa situação digna da humanidade, não [haveria] outra concorrência senão esta” (ENGELS, 1981, p. 70).

Segundo De Deus (2012, p. 42), ainda sobre o valor, Engels o subdivide em renda da terra, lucro do capital e salário. Como o capital é trabalho acumulado, trabalho e capital teriam origem única, resultando em dois fatores: trabalho e terra. Ou, ainda: homem e natureza; o aspecto objetivo composto pela terra e pela natureza, e o subjetivo, pelo homem e sua capacidade inventiva e planejadora. A teoria da renda seria formada pela produtividade diferencial do solo, conforme Ricardo, ou seja, pelo fator objetivo e, no lado humano, pela concorrência.

Em última análise, a escassez de terra, condicionada por sua produtividade, acaba por determinar a renda, que, portanto, acaba por se reduzir ao roubo, já que o proprietário de terra não tem qualquer interesse em prover alimentos para a população, mas apenas em obter a maior renda possível. Assim, o enigma revelado da renda fundiária, para Engels, também é a propriedade privada. (DE DEUS, 2012, p. 42)

A origem do capital está, portanto, na propriedade privada, assim como para Proudhon. Da propriedade privada surgem o capital e o trabalho, e do capital, o lucro e os juros. Está na propriedade privada a origem dos males da sociedade capitalista. Abolindo-a, “todas estas separações artificiais desaparecem simultaneamente” (ENGELS, 1981, p. 68).

Engels dá um passo importante em direção à teoria da alienação que Marx desenvolve nos *Manuscritos de 44*. A separação entre capital e trabalho, sendo este último desdobrado em produto e salário, faz deste (o salário) a parte referente à subsistência do trabalhador. É o fruto do divórcio entre o

trabalhador e seu produto, que fica nas mãos do capitalista industrial. Segundo Secco (1996), é o trabalho, separado dos meios de produção, que cria o capital. O trabalhador é o sujeito do processo, ele é parte preponderante da totalidade do processo de produção e reprodução da sociabilidade capitalista. Portanto, é pela cisão entre trabalho e capital que se explica a propriedade privada. A sua supressão levaria à conciliação do trabalho com seu produto ou com seu “verdadeiro” salário. A oposição entre trabalho e salário, para Engels, deriva da concorrência, pois “não há como medir a parte do trabalho na produção” (ENGELS, 1981, p. 68). Engels acerta ao destacar o desequilíbrio entre oferta e demanda e sua falta de controle por parte dos próprios capitalistas.

Por concorrência segue também que oferta e demanda sempre tendem ao equilíbrio, com esforço, mas nunca o atingem e, ao contrário do que supõem os economistas, as crises periódicas revelam exatamente o desequilíbrio de um sistema em que os agentes não controlam nem oferta nem demanda. Com isso, os preços oscilam além ou aquém do valor e, portanto, a própria teoria do valor defendida pelos economistas se revela inútil. (DE DEUS, 2012, p. 43)

Se o rigor se perde pela ausência de uma teoria “madura” do valor, ao analisar tal desequilíbrio entre oferta e demanda, Engels inicia uma profícua teoria das crises capitalistas. Quanto mais a riqueza se concentra no bolso dos capitalistas, maior é a tendência à pauperização dos trabalhadores. Para se expandir, o capital precisa explorar cada vez mais o trabalhador, e quanto mais ele explora, maior é a propensão ao crescimento dos seus lucros. O capital, à busca de lucros extras, aumenta sua produtividade, tende, por outro lado, a rebaixar o preço da força de trabalho. Consequentemente, o desenvolvimento das forças produtivas gera uma abundância de produtos que o mercado não consegue absorver, devido ao rebaixamento dos salários dos trabalhadores e a seu baixo poder de compra. Em vez de esses produtos, não absorvidos pelo mercado, serem distribuídos pela classe proprietária aos trabalhadores, eles são destruídos, até mesmo incinerados. A superprodução, que não encontra liquidez, solvência, causa desemprego e pauperismo. O desequilíbrio entre oferta e demanda, portanto, resulta em crises cada vez mais profundas (SECCO, 1996; CASTELO BRANCO, 2010).

O pauperismo, segundo Engels (1981), é fruto do caráter privado dos meios de produção e dos produtos socialmente produzidos. A origem e as causas das crises se encontram na superprodução de mercadorias e na ausência de sua distribuição entre os trabalhadores. Engels, embrionariamente, inicia uma das “modalidades” (GRESPLAN, 1998) da teoria

das crises que Marx desenvolverá anos mais tarde, em seus textos referentes à crítica da economia política.

O texto tem como ponto forte a crítica da teoria da população de Malthus. Engels critica a associação entre o aumento da população e o da produção de alimentos, que, para Malthus, ocorreria num ritmo inferior ao da população (enquanto os alimentos cresceriam numa progressão aritmética, a população o faria numa progressão geométrica). A análise de Engels revela que a produtividade do solo não é um fator natural. A aplicação da ciência e da técnica faz que se incremente a produção, aumentando a produtividade agrícola. Num momento de transformação industrial, com a ajuda das ciências naturais, é contraditório afirmar que a produção de alimentos não conseguiria suprir a fome e as necessidades alimentares da população em crescimento. Mais contraditório ainda num país como a Inglaterra, onde há abundância de riqueza, as pessoas morrerem de fome. Para Engels, a força produtiva humana é incomensurável. “A capacidade de rendimento da terra pode ser aumentada ao infinito pelo emprego do capital, do trabalho e da ciência.” (ENGELS, 1981, p. 73) Citando o intelectual escocês Archibald Alison (1757-1839), Engels afirma que a produtividade de grãos na Inglaterra poderia ser suficiente, num espaço de dez anos, para alimentar uma população seis vezes maior do que a de 1844. O capital e suas forças produtivas crescem de maneira nunca vista antes. Justo nesse momento, questiona, há uma teoria que coloca a responsabilidade por uma possível falta de alimentos no crescimento da população, em vez de direcionar a questão para a própria produção e sua distribuição desigual de alimentos no mercado.

Para Malthus, segundo Engels, o crescimento da população pressiona a produção dos seus meios de subsistência, no entanto, esta não cresce na mesma proporção que a população, provocando, assim, um déficit de alimentos. Para Malthus, essa “defasagem” entre a produção de alimentos e o crescimento da população levaria à fome e à miséria, e a solução para isso seria a supressão da “população de reserva”.

A consequência deste desenvolvimento é, portanto, a seguinte: já que os pobres são precisamente os excedentes, não há nada que se possa fazer por eles senão levá-los à morte por inanição da forma mais suave possível; é preciso convencê-los de que não se pode alterar nada e que toda a sua classe só tem o recurso de uma reprodução tão limitada quanto possível ou, se isso não for viável, sempre será melhor criar uma instituição estatal para matar sem dor as crianças dos pobres (...). (ENGELS, 1981, p. 74)

A medida da reposição populacional seria, em média, de aproximadamente 2,5¹³ filhos por casal; caso viessem mais, aumentaria a demanda por alimentos. Dar esmola, nesse sentido, “seria, então, um crime, visto que significa sustentar o acréscimo da população excedente” (ENGELS, 1981, p. 74). Seria vantajoso, contudo, fazer da pobreza e da miséria um crime, de maneira que a “alternativa” imposta foi transformar os albergues em penitenciárias. Foi o que aconteceu com a Nova Lei dos Pobres¹⁴ de 1834. Para Engels, no entanto, trata-se de uma “imoralidade da economia”, a qual recai sobre os fundamentos da economia política; ou seja, sobre a produção além do necessário para garantir a subsistência do trabalhador, o que gera o mais-valor apropriado pelo capitalista. Pois se o capitalista obtém seu lucro graças ao trabalho excedente, fica claro que “teoricamente” um trabalhador ativo produz mais do que necessita para sobreviver, isto é, produz um excedente. No modo de produção capitalista a produtividade, ao menos em teoria, tem de ser maior do que o necessário para a subsistência do trabalhador para que o capitalista possa extrair um mais-trabalho, um mais-valor. Esta é a razão de ser do capital. Ou seja, em sua base, a produtividade do capital tem de ser maior do que o valor referente ao trabalho necessário para a reprodução do trabalhador. A população cresce ao lado de um excedente de riqueza que não é dividido, mas concentrado e apropriado pelos capitalistas.

Apesar de sofrer várias críticas, o *Esboço* foi o primeiro impulso à crítica da economia política, ao salientar a contradição entre a propriedade privada dos meios de produção e os salários dos trabalhadores. Engels se baseia em Proudhon ao apontar a propriedade privada como o grande problema da sociedade capitalista, já assumindo um viés socialista em suas ideias e posturas (NETTO, 2007, p. 29). É evidente também sua crítica amparada por ideais ético-morais. Engels, ao analisar a estrutura da ordem burguesa, logo passa às concepções utópicas abstratas de sociedades ideais. No entanto:

¹³ Sabe-se, hoje, que a medida de reposição populacional é 2,1 filhos por mulher.

¹⁴ “A legislação sobre os pobres – *Poor Law* (chamada também de ‘Lei dos Pobres’) – surgiu em 1601, em 19 de dezembro, pelas mãos da rainha Elizabeth ou Isabel I (1533-1603), formulada sobre quatro princípios: a) obrigação de socorro aos necessitados; b) a assistência pelo trabalho; c) o imposto cobrado para o socorro aos pobres; e d) a responsabilidade das paróquias pela assistência de socorro e de trabalho; em 1834, sofreu notável reformulação por meio da chamada ‘nova lei dos pobres’ (de fato, editou-se não uma *New Poor Law* [Nova Lei dos Pobres], mas uma *Poor Law Amendment Act* [Ato de Alteração da Lei dos Pobres]), adequando-a a exigências burguesas, com forte repressão sobre os pobres considerados aptos para o trabalho – recorda-se que, desde 1697, já existiam na Inglaterra as temidas *workhouses* (casas de trabalho); também em 1834 criou-se a *Royal Commission on the Poor Law* (Comissão Real para a Lei dos Pobres).” (ENGELS, 2007, nota a. p. 61)

O jovem Engels prolonga a evidente inspiração ética dos utópicos, mas situa a crítica da sociedade burguesa *fora* do âmbito da economia política, que lhe é própria. Ele demonstra que e como essa economia é expressão ideológica do estado de coisas vigente e funda a sua análise na investigação da realidade mesma. Utilizando procedimentos dialéticos, o jovem Engels *historiciza* as categorias econômicas e revela o seu condicionamento histórico-social. (NETTO, 2007, p. 29)

A análise engelsiana ainda não rompe definitivamente com o comunismo filosófico de Moses Hess (1812-75), com o moralismo de Thomas Carlyle (1795-1881) e dos socialistas franceses, mas expressa, principalmente, traços críticos à sociedade capitalista, por meio de sua ciência, além de começar a esboçar uma versão materialista das revoluções sociais vigentes. Sua grande ruptura virá com *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra

Desde 1830, já transparecia na Inglaterra, onde o capitalismo estava num estágio mais “avançado”, que o “problema social” não era apenas a pobreza, mas uma classe social que emergia no seio da grande indústria, o proletariado. As décadas de 1830 e de 1840 foram relatadas em textos e artigos sobre o desenvolvimento tecnológico e industrial, mas também sobre a organização dos trabalhadores – não só na Inglaterra como também na França. O livro de Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*¹⁵, para Hobsbawm (2011), é o mais importante texto da época por ser o primeiro a tratar tanto da classe operária como um todo quanto de seus grupos específicos. Trata-se de uma obra que não se contenta em descrever a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, mas também procura mostrar as transformações do capitalismo industrial e suas consequências sociais, políticas e urbanas. É, quiçá, a primeira obra a fazer uso do termo *revolução industrial* como um conjunto de transformações no chão de fábrica que impactou as demais esferas da sociedade (HOBSBAWM, 2011). Engels descreve essa transformação como um processo de centralização e polarização

¹⁵“A obra foi lançada em sua forma final em Leipzig, no verão de 1845, com um prefácio e uma dedicatória (em inglês) ‘às classes trabalhadoras da Grã-Bretanha’. Foi publicada em inglês, com ligeiras revisões do autor, mas com prefácios alentados, em 1887 (edição americana) e 1892 (edição britânica). Ou seja, foi preciso quase meio século para que essa obra-prima sobre os estágios iniciais da indústria na Inglaterra chegasse ao país que a tinha inspirado. Contudo, desde então, tornou-se uma obra conhecida por todos que estudam a Revolução Industrial.” (HOBSBAWM, 2011, p. 89)

de riqueza e de pessoas. O objetivo da elite industrial era criar uma grande massa de trabalhadores assalariados disponíveis para o emprego na grande indústria, fazendo que se dilacerassem as antigas formas de produção artesanal e rural, que não mais poderiam competir com a produção em série.

Ascensão da indústria capitalista destrói os pequenos produtores de bens acabados, o campesinato e a pequena burguesia, e o declínio dessas camadas intermediárias, ao privar o trabalhador da possibilidade de se tornar um pequeno mestre, o confina às fileiras do proletariado, que se torna assim “uma classe definida na população, ao passo que antes fora apenas uma etapa transitória para o ingresso na classe média”. (HOBSBAWM, 2011, pp. 90-1)

Assim como no *Esboço*, Engels percebe que a indústria em ascensão demanda mais investimentos em tecnologia e uma maior demanda de mão de obra. As grandes e as médias indústrias, mesmo alocadas no campo, propiciaram a criação de vilas e aglomerados. Trabalhadores foram atraídos pela oferta de empregos. No entanto, o crescimento da população nas franjas urbanas foi maior que a oferta de empregos na indústria, o que gerou uma reserva de mão de obra. Com uma massa à procura de emprego, a tendência era a diminuição dos salários dos trabalhadores. A grande procura e os baixos salários atraíam mais indústrias para a região. As vilas se transformavam em cidades, e estas em centros urbanos¹⁶.

As cidades se transformam no grande palco do capitalismo. Nelas, as contradições do sistema saltam aos olhos de Engels: se, de um lado, tinha-se a concentração de riqueza nas mãos de uma parcela relativamente pequena de capitalistas, de outro, havia uma grande massa de trabalhadores pobres e miseráveis. Os trabalhadores que não conseguiam emprego formal transformavam-se em informais, e os que não possuíam fonte de renda eram levados ao roubo, à vadiagem ou à mendicância.

Nessa anarquia, aqueles que não possuem nenhum meio de vida e de produção são esmagados e reduzidos a trabalhar por uma ninharia e a passar fome quando desempregados. E, pior, a uma vida de profunda insegurança, na qual o futuro é absolutamente desconhecido e incerto. (HOBSBAWM, 2011, p. 91)

Em 1845, Engels acredita que os salários flutuavam entre um valor mínimo, que é posto pela concorrência entre os trabalhadores, e um valor

¹⁶ Segundo Raymond Williams, em meados do século XIX a população urbana da Inglaterra ultrapassava a rural pela primeira vez na história, mas o autor ressalva que, apesar dessa virada, apenas um quarto dessa população vivia em cidades com mais de 100 mil habitantes. “Quando, na década de 1840, os escritores começaram a dizer que viviam numa ‘era das grandes cidades’ (...), estavam aludindo à importante novidade que as cidades representavam e a seu papel dominante na economia; a expressão não tinha um sentido absoluto.” (WILLIAMS, 2011, pp. 357-8)

máximo, posto pela concorrência entre os capitalistas. O salário médio se aproximava do salário mínimo, próximo do valor mínimo, que representaria o necessário para a reprodução física do trabalhador. Marx, e o próprio Engels, anos mais tarde, perceberiam que os salários podem até variar para baixo do mínimo necessário à subsistência do trabalhador¹⁷.

O aumento da produção de mercadorias e a tecnificação do processo produtivo são responsáveis por colocar no mercado cada vez mais mercadorias. Os preços desses produtos, em abundância no mercado, de maneira geral, tendem a cair, assim como o salário do trabalhador. Esses fatores contribuem para atrair mais negócios à região. Mas, devido ao incremento de máquinas no processo produtivo, ocorre uma disparidade entre oferta e demanda de emprego. À medida que a população cresce, aumenta a demanda por mercadorias e o excedente populacional se mantém o mesmo nos períodos de crise. Engels é pioneiro na descoberta e na análise deste “exército industrial de reserva” como fator importante para o funcionamento dinâmico do capitalismo. “Como opera por meio de flutuações, o capitalismo precisa de uma reserva permanente de trabalhadores, a não ser nos picos de prosperidade.” (HOBSBAWM, 2011, p. 92) Conforme Engels:

Nas condições sociais vigentes, as consequências de todos os aperfeiçoamentos mecânicos são desfavoráveis aos operários, e o são em alto grau: qualquer máquina nova provoca desemprego, miséria e infortúnio e, num país como a Inglaterra, onde já se encontra permanentemente uma “população excedente”, a perda do trabalho é, na maioria dos casos, o que de pior pode acontecer a um operário. (2007, p. 178)

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra marca, também, o momento de grande transformação intelectual de Engels. Depositário de uma

¹⁷ No *Esboço* e n'*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* Engels trabalha com a noção exposta, de que o salário não passa do valor mínimo para a reprodução do trabalhador. Conforme José Paulo Netto, tradutor da *Miséria da filosofia* para o português, Marx também trabalhou com esta hipótese em 1847, em sua crítica a Proudhon, mas em *O capital* ele alterou esta concepção. Em verdade, a força de trabalho pode ser paga abaixo do seu valor, ou do mínimo necessário para a reprodução do trabalhador. No entanto, o valor não diminui, mas sim o salário pago (MARX, 2009, nota 35, p. 65). Segundo o próprio Marx, “o limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma quantidade de mercadorias cujo fornecimento diário é imprescindível para que o portador da força de trabalho, o homem, possa renovar seu processo de vida; tal limite é constituído, portanto, pelo valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho é reduzido a esse mínimo, ele cai abaixo do seu valor, pois, em tais circunstâncias, a força de trabalho só pode se manter e se desenvolver de forma precária. Mas o valor de toda mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade normal” (MARX, 2013, p. 247).

herança filosófica alemã e do socialismo francês, ele se depara com um complexo social em formação, que seus pressupostos teóricos e práticos já não conseguem mais avaliar. Logo em sua chegada, assiste a uma grande greve cartista¹⁸ que muito o impacta.

Ainda sob a influência de Hess, que concebia a revolução social a partir do triunfo de um ideal comunitário de união e do combate ao individualismo típico da modernidade industrial, Engels não vê a sociedade moderna movida pela luta de classes. A revolução baseada na “comunidade de bens” condizia com os princípios abstratos da autoconsciência dos “Livres” de Berlim¹⁹, nos quais encontrava os justos princípios filosóficos abstratos de um ideal igualitário (JONES, 1977, p. 400).

Na Inglaterra, Engels se aproxima mais dos discípulos de Robert Owen (1771-1858) do que dos cartistas. Ele fica bastante impressionado com a organização dos trabalhadores, bem diferente da realidade de sua terra natal, e entusiasmado com uma possível revolução social. Mesmo assim, vê que os socialistas ingleses pecavam pela falta de uma “filosofia alemã”²⁰.

¹⁸ Sobre o cartismo, o próprio Engels esclarece: “O cartismo nasceu do partido democrático, partido que nos anos 80 do século passado desenvolveu-se com o proletariado e, ao mesmo tempo, no proletariado. Reforçando-se durante a Revolução Francesa, quando a paz foi restabelecida apresentou-se como partido radical, deslocando-se seus centros de Londres para Birmingham e Manchester. Aliando-se com a burguesia liberal impôs aos oligarcas do antigo parlamento o *Reform Bill* e, desde então, vem se consolidando diante da burguesia sempre mais claramente como partido operário. Em 1838, uma comissão da Associação Geral dos Operários de Londres (*London Working Men’s Association*), liderada por William Lovett, elaborou a *Carta do Povo*, cujos ‘seis pontos’ são: 1) sufrágio universal para todos os homens maiores, mentalmente sadios e não condenados por crime; 2) renovação anual do Parlamento; 3) remuneração para os parlamentares, para que indivíduos sem recursos possam exercer mandatos; 4) eleições por voto secreto, para evitar a corrupção e a intimidação pela burguesia; 5) colégios eleitorais iguais, para garantir representações equitativas; e 6) supressão da exigência (já agora apenas formal) da posse de propriedades fundiárias no valor de 300 libras como condição para elegibilidade – isto é, qualquer eleitor pode tornar-se elegível.” (ENGELS, 2007, p. 262)

¹⁹ Grupo de jovens hegelianos de esquerda que se reuniam em bares para debater questões políticas, filosóficas e religiosas, e que tinham como principal referência Bruno Bauer (1775-1854) e sua filosofia da autoconsciência.

²⁰ Para Engels, o movimento cartista era republicano. Seu socialismo não passou de uma luta contra a miséria pela proposta de parcelamento da propriedade fundiária (reforma agrária), já absorvida naquele momento pela burguesia. Engels acredita que, sem uma radicalização do movimento, os cartistas sucumbiriam à concorrência. Ele salientava, no entanto, que o socialismo inglês provinha de Owen, “um industrial, e por isso, se substancialmente vai além da oposição entre burguesia e proletariado, na forma mostra-se muito indulgente para com a burguesia e muito injusto para com o proletariado” (ENGELS, 2007, p. 270). Mas somente da união entre os socialistas e o cartismo poderia vingar uma revolução social na Inglaterra. Se os cartistas eram republicanos, de outro lado, eram operários autênticos, de “carne e osso”. Os socialistas, por sua vez, eram mais conscientizados, apresentavam propostas práticas contra a situação insalubre dos trabalhadores, porém, eram oriundos da burguesia e, portanto, incapazes de unir a classe operária. “A fusão do socialismo com o cartismo, a

É a partir da análise das forças produtivas da grande indústria que Engels vislumbra a necessidade de adentrar cada vez mais na compreensão de seu funcionamento intrínseco e na lógica interna do sistema produtivo. A tecnificação do processo produtivo e a propriedade privada dos meios de produção tornavam mais nítidos os processos de exploração da classe trabalhadora. Ele volta sua atenção, então, para os mecanismos que faziam da concorrência entre capital e trabalho uma forma inerente ao capital.

Engels também percebe que o proletariado, que vinha se formando politicamente como sujeito a partir das associações, partidos e sindicatos, encontrava dificuldades para atrair outros grupos e classes; a classe média, por exemplo, pendia para o lado da aristocracia retrógrada e moralista (a classe média inglesa tinha posses, propriedade, o que a situava em uma oposição ao socialismo democrático). Na Inglaterra, o pobre trabalhador era privado de direitos sociais, oprimido e explorado, fato que tornava mais clara a luta entre os socialistas e os aristocratas apoiados pela pequena burguesia (JONES, 1977, p. 404). A precarização e a periferização dos trabalhadores industriais urbanos estavam ligadas diretamente ao sistema de produção e reprodução capitalistas. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* se insere, então, no conjunto de textos que visavam a descortinar as mazelas causadas pelo desabrochar da grande indústria (NETTO, 2007, p. 30).

Engels ganha destaque nesse debate nem tanto pelos dados colhidos e expostos em seu livro ou por sua participação ativa nos movimentos dos trabalhadores, mas por desvelar os efeitos colaterais do desenvolvimento da grande indústria num país pioneiro como a Inglaterra, ao mostrar como o capital passa a controlar a produção das mercadorias e, ao fazê-lo, torna o trabalho fonte de riqueza alheia, expropriada (JONES, 1977, p. 411). Engels dá um passo adiante em relação ao *Esboço*: a “questão social”, que era caso de filantropia ou de um salário “justo”, passa a ser vista com mais clareza como intrínseca ao padrão reprodutivo do capital ancorado na propriedade privada dos meios de produção.

O despertar de Engels para o comunismo deve-se à descoberta do proletariado não mais como uma massa passiva, inerte e sem comando, como achavam seus compatriotas alemães, mas como sujeito ativo do processo revolucionário. Engels vê a dinâmica e a mobilização dos trabalhadores adquirindo força nas grandes cidades britânicas. Passa a depositar suas esperanças na classe trabalhadora capaz de gerar o que Marx denominou, na

reconstituição do comunismo francês em moldes ingleses, será a próxima etapa e ela já está em curso. Quando estiver realizada, a classe operária será realmente senhora da Inglaterra.” (ENGELS, 2007, p. 271)

“Introdução” à *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*, de 1844, de “emancipação humana”.

A “questão urbana”

Engels inova, para época, ao apresentar a “questão urbana” como fruto das transformações do modo de produção capitalista que, ao mesmo tempo em que concentrava a riqueza em seu centro, segregava espacialmente seus trabalhadores. Inova, também, ao mostrar o desastre ecológico que o sistema produtivo causava tanto no campo quanto na cidade.

A mera concentração da população nas grandes cidades já exerce uma influência deletéria. A atmosfera de Londres não pode ser tão pura e rica em oxigênio como a de uma região rural; 2,5 milhões de pessoas respirando e 250 mil casas amontoadas numa área de três ou quatro milhas quadradas consomem uma enorme quantidade de oxigênio que dificilmente se renova, uma vez que a arquitetura citadina não favorece a circulação do ar. O gás carbônico produzido pela respiração e pela combustão permanece graças à sua densidade e porque as correntes principais dos ventos passam acima das casas. Os pulmões dos habitantes não recebem a porção adequada de oxigênio e as consequências são a prostração física e intelectual e uma redução da energia vital. (...) E se a vida nas grandes cidades, em si mesma, já não é um fator conveniente à saúde, imagine-se o efeito nocivo causado pela atmosfera anormal dos bairros operários, onde, como vimos, encontra-se reunido tudo o que pode envenená-la. No campo, um charco estagnado junto à casa pode não ocasionar um dano prejudicial, uma vez que o ar circula livremente; o mesmo charco é inteiramente diverso numa grande cidade, entre ruelas e pátios que impedem qualquer corrente de ar. (...) o lixo e os charcos permanentes nos bairros operários das grandes cidades, justamente porque produzem esses gases patogênicos, representam um gravíssimo perigo para a saúde pública – e o mesmo deve dizer-se das emanações dos cursos de água poluídos. (ENGELS, 2007, pp. 136-7)

Para Lefebvre (1999), a obra de Engels contribuiu para a compreensão das transformações das cidades no século XIX, não como um fenômeno isolado, autônomo, mas correlacionado diretamente com a Revolução Industrial inglesa. No capítulo do livro de 1845 sobre as grandes cidades, Engels descreve todo o horror causado pelo processo produtivo na vida urbana. Inovando em seus comentários, apresenta as causas dessa desordem a partir de fatores econômicos, históricos e sociais, desmistificando as teorias que naturalizavam o “caos urbano”. Para ele, residia nas cidades uma contradição intrínseca: de um lado, crescia a riqueza concentrada nas mãos de

poucos (capitalistas, comerciantes, aristocratas e clero), do outro, aumentava a pobreza e a miséria. Especialmente, isso se refletia na fragmentação da cidade em bairros, vilas e distritos destinados aos trabalhadores, segregação espacial forçada pelos interesses capitalistas. Repartia-se a cidade à medida que cada sujeito ou classe social se inseriam na esfera produtiva e reprodutiva do capital.

A população das grandes cidades é retratada em suas minúcias, mostrada em sua cotidianidade nem sempre alienada. Sindicatos e associações já são vistos, à época, como polos importantes do processo de luta contra o capital. Engels expressa em seu texto o que Lefebvre denomina de “espaço vivido”, palco fenomenológico dos conflitos diários e cotidianos da classe trabalhadora. Ali a alienação está atrelada não só ao processo produtivo, ao trabalho: ela se reproduz na esfera do “vivido”, da vida cotidiana, na qual se reproduzem as relações de produção. “Jamais para ele o tema da alienação se apresentou abstratamente (como separado)” da vida cotidiana. “Ele percebe e apreende concretamente a alienação (...) [que] ele mostra com realismo, [que] ele apreende na prática social.” (LEFEBVRE, 1999, p. 15) A alienação, portanto, é uma importante mola propulsora das relações sociais reificadas, que, por sua vez, ajuda na manutenção da exploração e da miséria que ultrapassam o chão de fábrica.

O espaço das grandes cidades não era só ocupado pelos trabalhadores, mas também pelos capitalistas. O conflito se estabelecia não somente nas fábricas, mas, sobretudo, nas ruas das cidades, que se tornavam palco da disputa entre capital e trabalho. Existiam aqueles que não encontravam trabalho, não possuíam dinheiro, e por isso tornavam-se um “problema de polícia”. O aparato repressivo do estado ficava responsável pela prisão e pela morte da população. O espaço da cidade era o espaço da repressão policial, do “crime social”. A polícia exercia então sua grande função: manter a ordem burguesa ao conter a “desordem” e a “animalidade” da população nos bairros e vilas operárias.

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia. (ENGELS, 2007, p. 69)

Manchester foi o caso clássico da urbanização via industrialização descrita por Engels. Ali se desenvolveram a centralidade da indústria moderna, a tecnificação do processo produtivo e o aumento populacional. Os centros urbanos se expandiram, proliferaram as zonas industriais e aumentaram os bairros e vilas operárias, gerando o grande *boom* urbano. Em Manchester, a indústria e o comércio cresceram juntos, dando característica à cidade em formação: a segregação espacial e social era o mote deste “modelo urbano”. Era possível sair de Manchester, segundo Lefebvre (1999, p. 17), sem que se avistasse um bairro operário.

Manchester é construída de um modo tão peculiar que podemos residir nela durante anos, ou entrar e sair diariamente dela, sem jamais ver um bairro operário ou até mesmo encontrar um operário – isso se nos limitarmos a cuidar de nossos negócios ou a passear. A razão é que – seja por um acordo inconsciente e tácito, seja por uma consciente e expressa intenção – os bairros operários estão rigorosamente separados das partes da cidade reservadas à classe média ou, quando essa separação não foi possível, dissimulada sob o manto da caridade. (ENGELS, 2007, pp. 88-9)

A burguesia tentava esconder a miséria que ela própria engendra. Os bairros iam sendo construídos conforme a classe social de seu futuro morador. Quanto maior fosse a pobreza, maior seria o esforço para sua marginalização espacial e maior seria sua distância do centro. Engels demonstra o processo de segregação e decomposição das cidades inglesas ao mesmo tempo em que ocorria o desenvolvimento da sua indústria. “Ele mostra magistralmente uma estranha mistura de ordem e de caos, explicando o espaço urbano e como esse espaço expõe a própria essência da sociedade.” (LEFEBVRE, 1999, p. 19)

Em Manchester, a antiga população se retirou para o campo, dando lugar à grande massa de trabalhadores, atraída pela grande indústria que, ao “livrar” os trabalhadores da servidão, os transformou em mercadoria. Eles proliferavam nas cidades, principalmente nos bairros operários, becos, casebres e travessas. A antiga cidade se decompunha, imperava a “desordem”. Os pátios das fábricas pareciam “ordenar” as ruas, as passagens e as vielas, ao mesmo tempo em que se tornavam espaços de dejetos e lixo urbano. Casas eram projetadas sem calefação, sem ventilação e sem iluminação natural, “mal agrupadas, mal construídas, mal conservadas, mal ventiladas, úmidas e insalubres” (LEFEBVRE, 1999, p. 23).

Engels, segundo Melo (2015), constata que a crescente concentração de riqueza gerou uma pauperização da classe trabalhadora que se refletia na “questão da moradia”. A crise, apontada no *Esboço*, gerou uma

desapropriação de inquilinos incapazes de arcar com seus aluguéis. Alguns industriais, no entanto, construíam casas para os operários que, segundo o próprio Engels (2007, p. 100), ao passar dos anos, encontravam-se em ruínas. O pagamento do aluguel ao industrial fazia que parte do salário do trabalhador fosse retido pelo capitalista, fato este que contribuía para o rebaixamento do preço da força de trabalho. A “questão da moradia”, dessa maneira, reforçava a exploração da força de trabalho. Para a acumulação de capital não interessavam as condições da habitação da classe trabalhadora, mas sua exploração ao limite da sobrevivência, mesmo que isso levasse à negação do próprio direito à moradia presente na maioria das constituições burguesas.

Com a crescente instabilidade no mercado de trabalho, alguns espaços da cidade ficavam desertos, enquanto outros se tornavam aglomerados. A cidade moderna ia se formando a reboque do processo perverso da industrialização. O capital expunha a ordem e a desordem urbana. A cidade era, dessa maneira, o testemunho privilegiado das transformações do século XIX na Inglaterra, da exploração do trabalhador, reverberada na vida cotidiana das cidades. “Por processos refinados, a exploração direta se duplica por meio de uma exploração indireta e se estende da empresa (a fábrica, a usina) ao conjunto da vida cotidiana no quadro urbano.” (LEFEBVRE, 1999, p. 23) A cidade habitada por operários não oferecia quase nada a eles, deixando em suas mãos a missão de suprir suas necessidades mais básicas. A instabilidade, o desconforto e a miséria tornavam o cotidiano angustiante e sombrio.

Engels vê na concorrência entre os capitalistas e entre os trabalhadores outra razão para a decomposição das cidades. A necessidade de uma reserva de trabalhadores para manter baixos os salários fazia que crescessem a instabilidade e a pobreza. A “população de reserva” ocupava os empregos informais no comércio e nas ruas (ambulantes) ou, ainda, assumia a mendicância sustentada por ações beneficentes (LEFEBVRE, 1999, pp. 23-4)²¹.

²¹ Engels é um severo crítico das ações beneficentes. Não se deixa iludir pela “caridade” burguesa, esta classe que, além de explorar até a “última gota de sangue” do trabalhador, o tornou mais subalterno ao lhe impor a “renúncia de seu único bem”, “sua aspiração à condição humana”. “Não se creia, porém, que o inglês ‘culto’ expresse tão cruelmente seu egoísmo. Ao contrário, ele o dissimula com a mais vil das hipocrisias. Como falar da insensibilidade desses ricos burgueses diante dos pobres, se eles criaram instituições de beneficência que não existem em nenhum outro país? Beneficência... Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar o proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou, apresentar-se ao mundo com a

Revoltas aconteceram, assim como roubos, pilhagem e assassinatos. A “guerra de todos contra todos” é uma expressão condizente com a realidade das cidades inglesas, o que, para alguns, era a fonte da “imoralidade”. Porém, Engels não se contenta com a visão moralista burguesa; caso assim fosse, adotaria um ponto de vista paternalista, assistencialista. Pelo contrário, “Friedrich Engels repudia o moralismo e o sermão. Para ele é natural e inevitável que a situação criada por uma classe, a burguesia (...), gere o alcoolismo, a prostituição, o crime. É assim que se manifesta o desprezo pela ordem social e, mais claramente, no caso extremo: o crime” (LEFEBVRE, 1999, p. 25).

A “guerra de todos contra todos” não anula sua recente descoberta empírica, a “luta de classes”. Para Engels (2007), esta luta deve substituir o individualismo gerado pelo comércio tanto dos trabalhadores quanto dos capitalistas. Engels enxerga a rebelião das massas a partir da classe trabalhadora, que se organizava. Seu otimismo é subjacente à análise das contradições que se acirravam no urbano. O seu exame do real, sua apresentação do vivido como campo importante, mas não único, de análise crítica o retira, nesse momento, de suas origens: a teoria alemã. O idealismo e o moralismo apagam-se em seu esclarecedor diagnóstico do concreto. A luta de classes ganha foro privilegiado na investigação, chamando a atenção para a necessidade latente da revolução.

Engels confronta a realidade com a teoria, o pensamento dos economistas com a prática econômica. Coloca um ao lado do outro, o “vivido” (...) e a expressão dessa mesma realidade na economia política. Ele critica, então, um pelo outro, o “vivido” sem pensamento e o pensamento fora da vida, isto é, fora da prática. (LEFEBVRE, 1999 p. 30)

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra estabelece para o proletariado o papel de redentor da humanidade. Ao criticar os socialistas ingleses, Engels identifica as possibilidades revolucionárias deste novo sujeito posto pela Revolução Industrial. Apresenta aos alemães, inclusive a Marx, uma minuciosa descrição da luta de classes na Inglaterra, que extrapolava o chão de fábrica ao alcançar as ruas, casas e bairros das principais cidades inglesas.

aparência de campeã da caridade! Beneficência que degrada mais quem a concede que aquele que a recebe, beneficência que torna mais subalterno aquele a quem é dirigida, pois lhe impõe – a ele, tornado pária nesta sociedade – a renúncia ao seu único bem, sua aspiração a uma condição humana, exigindo que comece por mendigar o perdão da burguesia antes de obter a graça que ela lhe oferece: uma esmola e, na frente, o estigma da humilhação.” (ENGELS, 2007, p. 309)

Considerações finais

Engels não é um mero coadjuvante de Marx. Sua contribuição à obra marxiana é essencial para aqueles que desejam compreender não somente a dinâmica do modo de produção capitalista e sua reprodução, mas também como essa forma de produzir foi se transformando ao longo do tempo. Seu *Esboço de uma crítica da economia política*, de 1844, foi pioneiro na crítica da economia política, antes mesmo de Marx redigir seus *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* também tem um papel especial nessa análise e crítica do modo de produção capitalista. Embora se trate de um texto excessivamente descritivo, tem o mérito de tocar em alguns pontos essenciais da teoria marxista, que serão desenvolvidos em obras como *A ideologia alemã* (1845-6) e *Manifesto comunista* (1848). Ademais, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* revela como a grande indústria engendrava, nela própria, contradições cada vez mais marcantes da oposição entre capital e trabalho – ou seja, a luta de classes. Engels mostra, à época, a importância da organização operária e a relevância de suas reivindicações à medida que a conscientização da posição de classe, do pertencimento ao movimento de um conjunto de pessoas exploradas por uma minoria privilegiada, fortalecia a luta revolucionária. Demonstra também a importância da ação prática, da organização dos trabalhadores e da luta de classes como forma capaz de conduzir a revolução social, capaz de destronar a burguesia industrial e financeira, sem, contudo, desconsiderar a importância da teoria crítica para a ação revolucionária.

A visão progressista da história de Engels, que acredita nos avanços das forças produtivas como mote irreversível da revolução, o faz acreditar que a Inglaterra seria o palco inexorável da emancipação humana. A história, no entanto, tratou de desmenti-lo. Mesmo assim, Engels produz, naquele momento, vários avanços teóricos que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento do próprio Marx. Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e, em menor medida, no *Esboço de uma crítica da economia política*, nota-se um caminhar em direção à esfera produtiva, apesar de uma análise muito centrada na concorrência como a fonte da usurpação do trabalhador. A constatação *in loco* do desenvolvimento industrial; as análises das primeiras crises de superprodução inerentes ao capital; os primeiros esboços sobre o “exército industrial de reserva”, fator importante para os “ajustes” capitalistas; a pertinência de um comunismo não somente teórico, mas também prático; a descrição minuciosa da formação da classe

trabalhadora inglesa, até então pouco constituída em seu país de origem; e a constatação de que a crise urbana que se instaurava nas cidades inglesas era uma particularidade não somente do desenvolvimento das relações de produção capitalistas, mas, também, de sua crise geral e sistêmica dão a Engels um caráter precursor de crítico não apenas da economia política, como, ainda, da sociedade burguesa como um todo (JONES, 1977, pp. 411-2).

Engels, segundo Jones (1977), contribui, sobretudo, para uma visão de comunismo como processo que não é imputado por uma consciência externa aos trabalhadores; ou seja, uma teoria *a priori*, elaborada por intelectuais e passada aos sindicatos e associações, tendo estes últimos apenas um caráter passivo; a consciência revolucionária seria algo construído em pleno processo de luta contra o capital. Se antes de 1844 Engels supunha a teoria alemã²² como o fator principal para a revolução comunista, na Inglaterra ele percebe que a consciência teórica é fruto do processo prático e que o trabalhador não é uma mera massa de manobra do intelectual, mas, pelo contrário, o agente decisivo da transformação do mundo. É a participação de Engels no movimento operário inglês, e de Marx no movimento francês, entre outras coisas, que os faz reconhecer que ao movimento operário não se impunha uma consciência externa, mas que na própria ação revolucionária se produziria uma subjetividade própria ao movimento.

Mesmo considerando o fato de que, a partir de 1845, a produção teórica própria de Engels perde força por um momento histórico, recuperando-a nos anos 1870, sua contribuição à obra de Marx é notável. Livros e textos para jornais e periódicos são escritos em conjunto e eles também colaboram na articulação da Liga Comunista, nas Revoluções de 1848-9, na I Internacional e nas edições dos volumes II e III de *O capital*,

²² É necessário frisar que Engels não deixa de acreditar na importância da teoria alemã para a organização e a revolução dos trabalhadores, não só ingleses, mas também alemães. Mesmo em textos tardios, ele retorna a esta questão, salientando a importância, sobretudo, da filosofia alemã. Engels encerra seu texto Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã destacando a relevância da teoria alemã para as pretensões revolucionárias, ao mesmo tempo em que transparece mais uma vez a importância do avanço das forças produtivas para o desenvolvimento das relações de produção. “Apenas na classe operária perdura o bom senso teórico alemão. Não há nada que o desarraigue daqui; aqui não há terreno para preocupações de ambição, de lucro, de proteção superior; ao contrário, quanto mais audazes os avanços da ciência, melhor se harmonizam os interesses e aspirações dos operários. A nova tendência que descobriu na história da evolução do trabalho a chave de compreensão de toda história da humanidade dirigiu-se, desde o início, à classe operária, de preferência, e encontrou, nela, uma acolhida que nunca esperou nem procurou na ciência oficial. O movimento operário da Alemanha é o herdeiro da filosofia clássica alemã.” (ENGELS, 1962, pp. 134-5)

entre outras. Sua contribuição é fundamental para a construção e divulgação da obra marxiana.

Por fim, Engels compreende bem o seu papel na luta tanto teórica quanto prática dentro do movimento comunista. Apesar de seu pioneirismo na crítica da economia política, sabe que Marx era mais capaz de adentrar em seus mistérios mais ocultos, desvelar seus segredos.

Referências bibliográficas

CASTELO BRANCO, Rodrigo. A contribuição dos textos juvenis de Engels à crítica da economia política. *Antítese: Marxismo e Cultura Socialista*, n. 9, pp. 7-19, nov. 2010.

DE DEUS, Leonardo Gomes. As origens do pensamento marxiano (I): crítica da economia política como crítica da especulação. *Verinotio – Revista on-line de Educação e Ciências Humanas*, n. 14, ano VIII, pp. 40-59, jan. 2012.

ENGELS, Friedrich. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* [1886]. Trad. José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Editora Fulgor, 1962.

_____. “Esboço de uma crítica da economia política” [1844]. Trad. Maria Filomena Viegas. In: _____. *Política*. São Paulo: Ática, 1981, pp. 53-81.

_____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, segundo as observações do autor e fontes autênticas [1845]. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. *Sobre a questão da moradia* [1872-73]. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

FREDERICO, Celso. *O jovem Marx – 1843-44: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

HOBSBAWM, Eric. “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”. In: _____. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1842-2011*. Trad. Donaldson Magalhães Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 88-97.

HUNT, Tristram. *Comunista de casaca: a vida revolucionária de Friedrich Engels*. Trad. Dinah Azevedo. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2010.

JONES, Gareth Stedman. “Retrato de Engels”. In: HOBSBAWM, Eric. *História do marxismo* v. 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 377-421.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital* [1972]. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. De 1842 até a redação de *O capital* [1967]. Trad. Carlos Henrique Escobar. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARX, Karl. *Cuadernos de Paris: notas de lectura de 1844* [1844]. Trad. Bolívar Echeverría. México: Era, 1974.

_____. *Contribuição à crítica da economia política* [1859]. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboço da crítica da economia política* [1857-8]. Trad. Mario Duayer. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/ UFRJ, 2011.

_____. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria*, do sr. Proudhon. [1847]. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *O capital*. Crítica da economia política l. I: o processo de produção do capital [1867]. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Editorial, 2013.

MELO, Wanderson Fabio de. Friedrich Engels e a questão habitacional: o pauperismo socialmente produzido no sistema capitalista e as condições de moradia. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 20, pp. 134-49, out. 2015.

NETTO, José Paulo. “F. Engels: subsídios para uma aproximação”. In: ENGELS, Friedrich. *Política*. São Paulo: Ática, 1981, pp. 27-50.

_____. “Apresentação”. In: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Editorial, 2007, pp. 9-35.

SECCO, Lincoln. “Engels e a crítica da economia política”. In: COGGIOLA, Oswaldo. *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã, 1996, pp. 277-90.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura* [1973]. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Como citar:

BRITO, Thiago Macedo A. de. O jovem Engels e a crítica da economia política. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 284-310, abr./2018.

Data de envio: 7/11/2017

Data de aceite: 16/1/2018